

A dívida ^{externa} na rota do impasse

J. CARLOS DE ASSIS

Para quem deixou o Brasil com a convicção de ter feito bem o dever de casa, a equipe econômica que se deslocou a Washington para a reunião anual do FMI/Banco Mundial teve razões de sobra para decepcionar-se. Em lugar de aplausos pelo esforço realizado na recondução da economia aos trilhos da ortodoxia, viu-se submetida à formidável pressão combinada de credores privados, agências multilaterais e autoridades governamentais (do G-7) para reabrir logo as negociações da dívida com os banqueiros, e pagar quanto antes os juros atrasados.

Primeiro foi o Sr. David Mulford, Subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos. Ele questionou duramente a eventual concessão de um novo crédito ao Brasil, vinculado à aprovação do programa de estabilização pelo FMI, antes que se concluísse algum acordo com os banqueiros privados. Em seguida, o próprio Diretor-Gerente do Fundo, Michel Camdessus, apressou-se a assegurar que não submeteria a carta de intenções do Brasil ao comitê diretor sem que tivesse sinais seguros de que o Governo brasileiro estava negociando com os bancos, e "de boa-fé".

Não bastasse, e o comunicado do Comitê Interino do Fundo, ao final da reunião, manifestou sua "preocupação" com os problemas relativos aos juros bancários devidos e não pagos, instando à aceleração das negociações. Num ano de sombrias perspectivas econômicas, essa forma dissimulada de forçar um pagamento convencional dos atrasados pelo Brasil encontrou lugar de destaque entre os três problemas básicos tratados pelo FMI neste encontro — sendo os outros dois a crise do petróleo e a Rodada do Uruguai. O que leva a concluir que, não fosse por Saddam Hussein e a resistência europeia a reduzir subsídios agrícolas, a moratória parcial da dívida brasileira teria dominado solitariamente a pauta.

Apesar do evidente desconforto, a Ministra Zélia Cardoso de Mello não se deixou abater. Seu pronunciamento perante o Comitê Interino revela uma notável combinação de simplicidade e firmeza na exposição da proposta brasileira para a dívida externa.

Se a orquestração de banqueiros e altos funcionários dos países credores, em Washington, visava a levar os negociadores brasileiros a uma espécie de capitulação sem combate, antes mesmo de se reabrirem as negociações com os bancos privados no próximo dia 10, o recado da Ministra antecipa um enfrentamento árduo, e muito provavelmente um impasse.

"Seremos inflexíveis sobre um ponto: só concluiremos acordos com os bancos comerciais — disse ela — se tivermos certeza de que poderemos cumpri-los. Permita-me reiterar aqui que não vamos repetir experiências passadas, quando assumimos compromissos que logo se mostravam irrealistas ou contraproducentes em termos da estabilidade interna do País." Com ou sem apoio formal do FMI, o Governo insistirá, portanto, no reescalonamento da dívida e renegociação dos juros tendo como parâmetro a capacidade fiscal do Estado, nos limites do programa econômico descrito na carta de intenções. A não ser em prejuízo definitivo de sua credibilidade interna e externa, não terá como retornar desse ponto.

Para evitar o impasse, os bancos privados credores teriam de levar em conta os planos brasileiros de ajustamento doméstico nas áreas fiscal e financeira. E uma curiosa inversão de papéis, pois esta função de respaldar e monitorar programas de estabilização compete, em tese, ao FMI. Graças, porém, à extravagante interpretação do Sr. Camdessus quanto às prerrogativas do organismo que dirige, o comitê de bancos credores acabou elevado à condição de instância prévia de aprovação do programa econômico brasileiro, já que partirá dele o sinal para que a carta de intenções seja levada ao comitê diretor do Fundo. Além disso, a abertura de negociações com o Clube de Paris, que reúne governos credores, também fica na dependência do aval prévio dos bancos comerciais.

Assim, é mais prudente que a equipe negociadora brasileira se prepare para o pior. Em lugar do tratamento político da questão da dívida, estamos assistindo a uma espécie de realinhamento de forças internacionais em torno do enfoque estritamente financeiro, a ponto de submeter o próprio processo de negociação ao controle "político" dos bancos. Eventualmente, não havia mesmo outro caminho para tornar mais claros os interesses em conflito. Mas se o impasse é inevitável, ainda resta ao Presidente Collor preparar-se para rompê-lo em nível mais alto, no seu encontro de domingo com George Bush.